

Violências, Desigualdades e (Re)existências: cartografias psicossociais

(Orgs.)

João Paulo Pereira Barros

Jéssica Silva Rodrigues

Luis Fernando de Souza Benicio

Organizadores:

João Paulo Pereira Barros

Jéssica Silva Rodrigues

Luís Fernando de Souza Benicio

**VIOLÊNCIAS, DESIGUALDADES E
(RE)EXISTÊNCIAS: CARTOGRAFIAS
PSICOSSOCIAIS**

Fortaleza - CE

2021

VIOLÊNCIAS, DESIGUALDADES E (RE)EXISTÊNCIAS: CARTOGRAFIAS PSICOSSOCIAIS

© 2021 Copyright by **João Paulo Pereira Barros, Jéssica Silva Rodrigues,**

Luís Fernando de Souza Benicio

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Projeto gráfico e diagramação:

Renan Rodrigues

Capa:

Alexandre Heverton Maia Lima e Francisco Alberto Bessa Filho

Revisão:

Rayana Vasconcelos da Costa

Conselho Editorial:

Dra. Verônica Moraes Ximenes (UFC) - coordenadora

Dra. Alessandra Silva Xavier (UECE)

Dra. Ana Carolina Borges Leão Martins (UFC)

Dra. Bárbara Barbosa Nepomuceno (Faculdade Ari de Sá)

Dra. Elívia Camurça Cidade (Faculdade Ari de Sá)

Dr. Emanuel Meireles Vieira (UFC)

Dr. Guilherme Augusto Souza Prado (UFDPAR)

Dr. João Paulo Macedo (UFDPAR)

Dr. Léo Barbosa Nepomuceno (UFC)

Dra. Luciana Lobo Miranda (UFC)

Dra. Lucila Moraes Cardoso (UECE)

Dra. Mariana Tavares Cavalcanti Liberato (UFC)

Dra. Monalisa Pontes Xavier (UFDPAR)

Dra. Nara Maria Forte Diogo Rocha (UFC)

Dr. Pedro Renan Santos de Oliveira (FACELI/ES)

Dra. Vlândia Jamile dos Santos Jucá (UFC)

Ficha Catalográfica - *Bibliotecária: Perpétua Socorro Tavares Guimarães - CRB 3/801-98*

Violências, desigualdades e (RE) existências: cartografias psicossociais / Organização de João Paulo Pereira Barros, Jéssica Silva Rodrigues e Luís Fernando de Souza Benicio.- Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021.

420 p.: il.

ISBN: 978 - 65 - 5556 - 170 - 8

11. Violência urbana 2. Desigualdades sociais I. Barros, João Paulo Pereira II. Rodrigues, Jéssica Silva III. Benicio, Luís Fernando de Souza IV. Título

CDD: 307.76

Homicídios de jovens no Ceará: relações entre pobreza multidimensional, racismo, instituições e segurança

James Ferreira Moura Júnior
Damião Soares de Almeida Segundo
Tiago Jesse Souza Lima
Adolfo Pizzinato
Luís Fernando de Souza Benicio

Nos últimos anos, o Brasil tem sido palco de um progressivo aumento de casos de homicídio, principalmente entre jovens negros, o que põe em xeque o mito da democracia racial, isto é, a crença de que há uma convivência racial justa e pacífica decorrente da miscigenação das populações negra, indígena e branca (GUIMARÃES, 2012). Não é a cor da pele (ou outras características comuns às pessoas negras) por si só que penaliza estes indivíduos. Esta categorização é ancorada em uma ideologia sobre as diferenças entre os seres humanos e representa uma forma de hierarquizar a sociedade (SMEDLEY; SMEDLEY, 2005). De acordo com estes autores, a noção de “raça” tornou-se um importante mecanismo para limitar e restringir o acesso a privilégios, poder e riquezas. Por exemplo, apesar do fortalecimento de políticas afirmativas, ainda permanece a sub-representação dos negros no ensino superior (ARTES, RICOLDI, 2015); e os negros são menos influentes que os brancos, possuindo menor controle sobre instituições e posições de poder (ROCHA, 2015); são sub-representados na política (JANUSZ, 2017) e em cargos de magistratura (ALMEIDA, 2014).

A ideologia anteriormente citada, designada racismo, pode ser compreendida como um processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo (ou toda uma categoria) com base em características físicas externas (*e.g.*, cor da pele, lábios grossos, cabelo

encaracolado) reais ou imaginadas, que são ressignificadas em termos de uma marca cultural interna que vai influenciar no comportamento das pessoas (SMEDLEY; SMEDLEY, 2005). Portanto, entendemos a “raça” como uma categoria que é socialmente construída, apesar das crenças em um componente genético ou biológico que determinaria a “raça” predominarem no senso comum (WILLIAMS; EBERHARDT, 2008).

Pode-se entender que a origem da ideia de raça surgiu com o processo de colonização europeia em outros territórios (GROSFOGUEL, 2016). De maneira ideológica, há a construção de uma justificativa colonial para designar diferenças identitárias de populações advindas de territórios não europeus. Segundo Mignolo (2008), a colonização foi justificada como a conquista de “povos superiores e mais avançados” sobre as populações africanas e os povos originários provindos das Américas (o território inventado como América tem seu nome original como *Aby Ayala* para a população originária habitante desse território). Antes da colonização, havia somente diferenças entre grupamentos populacionais com base em uma discriminação predominantemente étnica ou religiosa, mas não havia uma divisão racial do mundo em uma perspectiva generalizada a partir da raça (GROSFOGUEL, 2016).

Com a invenção das Américas essa discriminação religiosa transmutou-se para uma discriminação racial, porque se passou a questionar a humanidade dos povos africanos e indígenas, formulando as bases do racismo cultural e biológico. Esses padrões racistas embasam não somente algumas disciplinas científicas, mas estão presentes no próprio projeto de sociedade. De acordo com Quijano (2005), há um padrão normativo colonial que estabelece como humano digno de respeito somente aqueles indivíduos com características identitárias fundamentadas na branquitude. Há a formação de uma sociedade que fomenta e legitima o genocídio e a discriminação daqueles indivíduos situados em uma identidade negra e indígena, ou seja, não branca (MBEMBE, 2017). O processo de colonialidade do poder está por trás dessa divisão, ao estruturar o sistema-mundo e posicionar os lugares periféricos pelo controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento, estabelecendo a hierarquia étnico-racial global na modernidade/colonialidade (QUIJANO, 2005).

A colonialidade tem efeitos mais profundos e duradouros sobre a estrutura social e está enraizada na intersubjetividade, produzindo hierarquias. Nesse sentido, mesmo com o avanço das políticas afirmativas e identitárias, as pessoas de cor negra continuam como alvos de preconceito e discriminação, muitas vezes agravados devido à intersecção com outros marcadores da diferença (AKOTIRENE, 2019). Barros et al. (2018) apontam que, devido à herança colonial e ao fato de que o racismo segue se atualizando, são os segmentos juvenis negros os mais vitimados pelos homicídios. No Ceará, a chance de ser vítima de homicídio é seis vezes maior para negros (IPEA, 2019) e 5,6 vezes maior para jovens negros em comparação com brancos (WAISELFISZ, 2015).

A discriminação e a vulnerabilização de pessoas negras podem assumir formas diferentes em função do cruzamento dessa categoria com outras dimensões sociais igualmente estigmatizadas, a exemplo da classe social, levando a uma potencialização, por exemplo, do apoio à violência contra os indivíduos negros e pobres (LIMA et al., 2019). As diferenças entre as pessoas em termos de recursos financeiros e de capital cultural moldam as oportunidades e a forma como as pessoas se comportam. A classe social influencia comportamentos individuais, as relações interpessoais, interações sociais, até fatores mais amplos, como a expectativa de vida.

A classe social se constitui uma das formas mais poderosas através da qual a sociedade classifica e estratifica seus membros (FISKE; MARCUS, 2012). Não por acaso, a pobreza é um dos fatores fortemente associados com a violência. A violência se concentra sobretudo nos bairros pobres, com ocorrências comuns de chacinas, vitimando de forma majoritária os jovens negros em condições de pobreza. Dados do Atlas da Violência (IPEA, 2019), apontam para um aumento significativo da violência, sobretudo do número de homicídios, nas regiões mais pobres do Brasil, concentrando-se nos estados do Norte e Nordeste. Diante desse cenário, dois estudos foram realizados pelo Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES) da Universidade Federal do Ceará (UFC), em parceria com a Rede de estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (ReaPODERE) da UNILAB. Ambos utilizaram microdados de uma pesquisa realizada pelo Comitê

Cearense pelo Enfrentamento dos Homicídios na Adolescência (CCPHA) e tiveram como objetivo investigar aspectos psicossociais relacionados com a morte de jovens no Ceará. O estudo 1 analisou o impacto da intersecção dos marcadores pobreza multidimensional e raça na dinâmica dos homicídios desses jovens; e o estudo 2 analisou o impacto desses mesmos marcadores na segurança e no acesso institucional.

Percursos Metodológicos

Procedimentos

O CCPHA, instituído pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), desenvolveu uma investigação para compreender o aumento das taxas de homicídios de jovens de forma representativa. O CCPHA buscou contatar todas as famílias de crianças e adolescentes (de 0 a 19 anos) assassinados no ano de 2015 nas sete cidades cearenses com maiores números de ocorrência (Fortaleza, Sobral, Juazeiro do Norte, Caucaia, Maracanaú, Horizonte e Eusébio). Assim, em 2016, foram entrevistadas todas as famílias cujo contato foi possível e que concordaram em participar da pesquisa. Todos os requisitos éticos foram atendidos, com o esclarecimento dos objetivos e metodologia da pesquisa e comprovado o aceite por meio da assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo sido submetido e aprovado por Comitê de Ética (CAAE: 88857718.9.0000.5054). A aplicação dos questionários ocorreu por meio de entrevistas realizadas pela equipe técnica do CCPHA de forma individual nas casas dos familiares dos adolescentes.

Participantes

O estudo 1, contou com a participação de 146 responsáveis (mães, avós e tias) de adolescentes vítimas de homicídio na cidade de Fortaleza em 2015, cujo perfil etário era de 11 a 19 anos ($M = 16,6$; $DP = 1,41$), predominantemente do sexo masculino (97,9%) e negros (65,8%). No estudo 2, participaram 263 famílias de adolescentes assassinados no estado do Ceará em 2015 com idades entre 11 e 19 anos ($M = 16,6$; $DP = 1,34$), negros (70,3%) e do sexo masculino (97,7%). Os dados

referem-se às sete cidades com maior ocorrência de homicídio de jovens: Fortaleza, Sobral, Juazeiro do Norte, Caucaia, Maracanaú, Horizonte e Eusébio. Ambas as amostras foram representativas.

Instrumentos

Os microdados analisados foram produzidos a partir de um questionário criado pelo CCPHA com 139 questões objetivas, de única ou múltipla escolha, que abordavam aspectos individuais, familiares, comunitários e institucionais¹. Para atingir os objetivos propostos neste artigo, foram utilizadas apenas as questões referentes à segurança territorial, à relação institucional e à pobreza multidimensional das famílias que tiveram vítimas de homicídio.

Para as comparações de grupo em ambos os estudos, foi construído um Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) a partir da Abordagem das Capacitações que expande a compreensão da pobreza para além da privação econômica (ALKIRE; FOSTER, 2011). Esse índice é adaptado e ajustado ao contexto local e às restrições de informações disponíveis (ALKIRE; SANTOS, 2011).

A pobreza multidimensional se refere a uma concepção da pobreza pautada em múltiplas privações ao invés de apenas em critérios monetários (SEN, 2000). Foram utilizados 15 indicadores relacionados à pobreza multidimensional (por exemplo, renda per capita, acesso a água e energia, nível de escolaridade), abarcando cinco dimensões (educação, trabalho e benefícios sociais, condições de moradia, bem-estar econômico e segurança). A Tabela 1 abaixo sintetiza os pesos e as ponderações dos indicadores para a elaboração do índice. Os valores finais das dimensões e do IPM variam de 0 a 1, em que, quanto mais próximo a 1, maior é o número de privações sofridas. Esse formato de indicador está baseado na metodologia dos conjuntos *fuzzy* que se refere a diferentes graus de privação proporcionados por um estado de pobreza (QIZILBASH; CLARK, 2005).

1 Para mais detalhes acerca dos instrumentos do estudo 1, ver CCPHA (2017); do estudo 2, ver Barros *et al.* (2020).

Tabela 1. Composição das dimensões e pesos dos indicadores do IPM

Dimensões e Indicadores do Índice de Pobreza Multidimensional	
1. Dimensão educação	
Anos de escolaridade principal responsável pela casa/adolescente	Adulto, maior de 18 anos, não possui 8 anos ou mais de escolaridade (ensino fundamental completo) (Sim = 1; 0 = Não)
Abandono escolar do adolescente	Abandonou escola (Sim = 1; 0 = Não)
2. Dimensão trabalho e benefícios sociais	
Renda per capita	25% do salário mínimo (ou abaixo de 60 dólares por mês) = 1 26% a 50% = 0.66 51% a 75% = 0.33 Acima de 75% = 0
Benefícios Sociais e Aposentadoria	(Ambos = 0; Apenas um = 0.5; 1 = Não)
3. Dimensão condições de moradia	
Natureza da residência	Própria = 0; Alugada = 0,5; Cedida = 1
Material da residência	Alvenaria = 0; Outros materiais = 1
Densidade domiciliar	Densidade domiciliar igual ou superior a 3 membros por cômodo. (Sim = 1; 0 = Não)
Sanitário adequado	(Sim = 0; 1 = Não)
Esgoto adequado (Saúde)	(Sim = 0; 1 = Não)
Acesso a água	(Sim = 0; 1 = Não)
Acesso a energia	(Sim = 0; 1 = Não)

4. Dimensão bem-estar econômico	
Acesso bens de consumo de acesso amplo	Televisão, aparelho de som, DVD, geladeira, telefone fixo ou celular, fogão, cama/rede. (0 a 1, onde 0 = possui todos e 1 = não possui nenhum)
Acesso bens de consumo de acesso restrito	TV à cabo, computador, motocicleta automóvel. (0 a 1, onde 0 = possui todos e 1 = não possui nenhum)
5. Dimensão segurança	
Sentimento sobre a segurança no bairro	(Protegido = 0; Indiferente = 0.5; Intimidado = 1)
Confiança na polícia	(Sim = 0; 1 = Não)

Ademais, por escolhas respaldadas epistemológica e metodologicamente, “pretos” e “pardos” foram agrupados na categoria “negros”, seguindo o critério do IBGE para raça/cor (OSÓRIO, 2003), que é empregado em relatórios acerca da violência, como o Atlas da Violência (IPEA, 2019), permitindo, assim, comparações entre estudos locais e nacionais sobre homicídios. Como categoria de análise tanto a raça/cor quanto o fenômeno do racismo não são discutidos em bases biológicas, mas se fundamentam em construções históricas e políticas que produziram uma hierarquização entre diferentes grupos sociais e seus efeitos psicossociais (SMEDLEY; SMEDLEY, 2005). Por exemplo, o preconceito, a discriminação e as estratégias de desqualificação, invisibilização e silenciamento de negros/negras. Apesar de reconhecermos a importância da autodeclaração, ressaltamos que, por se tratar de jovens assassinados, as informações sobre o quesito cor/raça tiveram que considerar as respostas dos familiares sobre como identificavam o jovem assassinado, não seguindo critérios de classificação a partir da cor de pele, feições faciais ou outras características físicas dos mesmos.

Análises

Para a realização das análises comparativas (qui-quadrado e ANOVA), foi estabelecido um critério de criação dos grupos em situação de maior ou menor privação a partir do IPM superior ou igual à mediana empírica de 0,50 (PASQUALI, 2003). Realizaram-se testes qui-quadrados para comparar os grupos com mais e menos pobreza multidimensional a

partir do IPM quanto ao acesso a apoio institucional após a morte do jovem e à confiança nas instituições. E uma ANOVA para comparar a percepção da presença policial como fator de segurança no bairro para os grupos com maior e menor IPM.

Resultados e Discussão

Pobreza multidimensional e marcador racial

Quanto ao primeiro estudo, como pode ser visto na Tabela 2, a amostra foi dividida em dois grupos considerando como critério a mediana empírica do IPM (0,51) (PASQUALI, 2003), em que, quanto mais próximo a 1, maiores são as privações. Essa distinção entre mais pobres e menos pobres foi estabelecida para tentar perceber se as famílias dos jovens viviam em uma situação homogênea de privação; para melhor visualizar distinções em intersecção com outros marcadores, como a raça; e para saber quais as dimensões que representam o maior efeito na composição do IPM.

Tabela 2. Média das subdimensões do IPM em função do grupo mais e menos pobre.

	Grupo mais pobre	Grupo menos pobre
Dimensões	Média	Média
Trabalho e renda	0.61	0.49
Condições de moradia	0.17	0.10
Bem-estar econômico	0.53	0.42
Segurança	0.82	0.61
Educação	0.92	0.53

A maioria das famílias estava em situação de pobreza multidimensional, contudo, em diferentes graus de privação. As dimensões em ordem de importância de impacto para a formação do IPM foram: educação, segurança, trabalho e renda, bem-estar econômico e condições de moradia. As diferenças entre os grupos em relação às dimensões trabalho e renda, condições de moradia e bem-estar econômico apresentam certa proximidade. Isso revela que, em relação às condições estruturais de acesso à renda e bem-estar, as famílias estão todas dentro de um mesmo patamar de pobreza. Porém, a diferença nas dimensões segurança e educação indicam a maior disparidade entre os grupos. Portanto, são essas condições que implicam, dentro de um grupo cuja maioria é multidimensionalmente pobre, uma maior exposição a privações. Os indicadores utilizados para mensurar essas dimensões foram os que apresentaram maior discrepância de resposta. Na dimensão de educação, os dois indicadores referem-se ao fato de o principal responsável pela casa ter ou não concluído o ensino fundamental, tendo menos de oito anos de estudos; e de os jovens terem ou não abandonado a escola antes de suas mortes. Já na dimensão segurança, os dois indicadores referem-se ao sentimento de segurança no bairro em que moravam as famílias, como protegida, indiferente ou intimidada; e a presença ou ausência da confiança na polícia.

Outro resultado importante de ser destacado foi o predomínio da família de jovens negros dentro do grupo dos mais pobres. Nesse sentido, 69.8% das famílias mais pobres da amostra e 62.2% das famílias cujo principal responsável tinham escolaridade inferior a oito anos eram de jovens negros. Além disso, o abandono escolar, quando comparados o grupo mais pobre e o menos pobre, foi de 93.7% para o primeiro grupo e 62.5% para o segundo. Esse é um indicador que reforça um ciclo de pobreza, pois, nas famílias mais pobres, os jovens abandonam mais a escola e, desprovidos do acesso ao direito à educação, diminuem suas chances de acesso a emprego, renda e melhores condições de vida (GALLEGO-DUQUE, 2017). Nesse sentido, Cerqueira e Coelho (2015) consideram o acesso à educação como um fator determinante no enfrentamento da problemática dos homicídios, pois, as chances de um indivíduo com até sete anos de estudo sofrer homicídio no Brasil são 15.9 vezes maiores do que as de alguém que ingressou no ensino superior.

O acesso dessas famílias a alguns bens comuns de consumo (por exemplo, fogão, televisão, geladeira, celular) ou a melhores condições de moradia não significam a superação da situação de pobreza, pois permanecem as privações a diversos outros bens, habilidades e direitos. Além disso, o processo de estigmatização da pobreza criminaliza as famílias por sua situação, tornando esse ciclo ainda mais perverso. Assim, compreendemos que as famílias cujos jovens são vitimizados por homicídio em Fortaleza vivem de forma ainda mais dramática as privações da pobreza em suas múltiplas dimensões. Logo, para prevenir homicídios e enfrentar essa dinâmica de elevação da violência letal, é indispensável reduzir desigualdades, enfrentar o racismo e garantir direitos.

Implicações da pobreza multidimensional na segurança e no acesso institucional

Considerando o cenário nacional dos homicídios e os resultados do primeiro estudo, o segundo estudo buscou analisar as implicações da pobreza na segurança e no acesso institucional dos familiares de jovens vítimas de homicídio. As famílias desses jovens assassinados inserem-se nessa conjuntura de discriminação, violência e falta de proteção. Apesar do sofrimento já causado pelo assassinato de um membro da família, a condição de pobreza e o escasso apoio institucional agravam a violência contra essas famílias. A Tabela 3 traz algumas informações acerca da confiança das famílias nas instituições.

Tabela 3. Frequências e qui-quadrados comparando a confiança nas instituições segundo grupos IPM.

	Total	Maior pobreza	Menor pobreza	χ^2
Justiça	23,6%	20,9%	29,4%	2,08
Vizinhança	29,8%	21,8%	38,5%	7,26**
Amigos	18,2%	12,7%	24,8%	5,22***
Conselho Tutelar	40,3%	34,5%	46,8%	3,40

Instituições religiosas	80,2%	77,3%	84,4%	1,79
Polícia	21,3%	7,3%	38,5%	30,36*
Escola	67,1%	65,5%	72,5%	1,26
Programas de rádio e televisão	26,7%	31,8%	23,9%	1,72
Família	78,7%	74,5%	83,5%	2,64
Nenhuma	3,1%	4,5%	0,9%	2,70

Nota: *** $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,001$

As instituições mais apontadas como de confiança foram as religiosas (80,2%), a família (78,7%) e a escola (67,1%). Já as menos indicadas foram os programas de rádio e televisão (26,7%), a justiça (23,6%) e a polícia (21,3%). Quando comparados os grupos mais e menos pobres a partir de um teste qui-quadrado, houve diferença significativa da confiança na vizinhança ($\chi^2 = 7,26$; $p < 0,01$), nos amigos ($\chi^2 = 5,22$; $p < 0,05$) e, destacadamente, na polícia ($\chi^2 = 30,36$; $p < 0,001$). Apenas 7,3% dos mais pobres apontaram a polícia como uma instituição confiável ao passo que 38,5% dos menos pobres o fizeram. A pouca relação de confiança dos mais pobres em relação às diversas instituições (justiça, conselho, polícia, escola etc.) demonstra a condição de cidadania escassa a que estão submetidos (SALES, 2007).

Outro aspecto analisado foi o acesso a apoio institucional após a morte do familiar jovem. Menos de 10% das famílias afirmaram ter procurado as instituições formais de suporte legal, como o Ministério Público, Juizado da Infância e da Juventude, Conselho Tutelar e Defensoria Pública. Esse panorama indica um baixo acesso às instituições e a falta de suporte do Estado por meio de políticas para famílias que tiveram jovens vítimas de homicídio. As instituições formais mais acessadas foram Hospitais (20,9%), Delegacias de Polícia (53,2%) e Instituto Médico Legal (72,6%). Cabe aqui, mais uma vez, ressaltar o

impacto da pobreza nesse acesso, uma vez que as pessoas mais pobres foram as que tiveram menor acesso a todas as instituições e, de maneira significativa, ao Hospital ($\chi^2 = 11,77$; $p < 0,01$).

O panorama confirma que os que mais necessitam de políticas públicas de qualidade são os que têm esse acesso mais dificultado. É possível que isso ocorra porque as instituições que deveriam acolher essa população - já estruturalmente fragilizadas - muitas vezes reproduzem visões estigmatizadas e estigmatizantes das pessoas em situação de pobreza, justamente as que mais justificam a existência desses serviços (FREITAS; GUARESCHI, 2014). Esse cenário reforça o ciclo de exclusão social e cidadã, pois as famílias já expostas a um histórico de desigualdades, de vulnerabilidades e de violências têm intensificado seu sofrimento após a morte do jovem pela ausência da garantia de direitos com o necessário suporte institucional.

O último ponto analisado, relacionado à percepção de segurança territorial das famílias, indicou que 85,4% delas consideraram como perigosos os bairros ou territórios onde moravam, sendo os principais fatores indicados como causa da insegurança: o tráfico de drogas (46,7%), os assaltos e roubos (34,5%), os tiroteios (27,6%), os assassinatos (20,7%) e as batidas policiais (10,3%). Já quanto aos motivos da violência no bairro, 89,1% consideram a localidade em que moram violenta, sendo o tráfico de drogas (52,3%) e os conflitos entre gangues ou facções (14,4%) as causas mais apontadas pelas famílias. Destarte, os moradores dos bairros mais pobres vivem num contexto de disputas territoriais e insegurança, reféns da violência estrutural, incrementada pelo tráfico. As favelas e periferias urbanas passaram a ocupar um lugar estratégico para o forte mercado de drogas, recrutando jovens pobres para o trabalho no tráfico e na sua sustentação enquanto rede (PASSOS; SOUSA, 2011).

Sobre a percepção da postura das policiais nos bairros, a Análise de Variância (ANOVA) indicou uma diferença significativa na relação da percepção dos mais pobres e dos menos pobres ($F = 34,487$; $p < 0,001$). Enquanto para o grupo mais pobre a presença policial foi considerada intimidadora (39,1%) ou indiferente (49,1%), para o grupo menos pobre essa presença foi considerada protetora (38,5%) ou indiferente

(48,6%). Ou seja, a sensação de proteção ou intimidação se apresenta diretamente relacionada com a condição de pobreza multidimensional, importante indicador de desigualdade social. Além disso, 75% das 48 famílias que indicaram se sentir intimidadas no bairro em que moravam eram de famílias cujo jovem assassinado era negro, enquanto 25% eram de famílias que identificaram o jovem como branco. Das 119 famílias que indicaram não confiar na polícia, 68,0% eram famílias cujo jovem era negro, enquanto 32% eram famílias que identificaram o jovem como branco. Tais aspectos corroboram o ponto de vista segundo o qual as violências a que são submetidos os jovens e seus familiares estão conectadas às múltiplas feições do racismo estrutural e do controle social das populações pobres.

Considerações finais

Os homicídios de jovens se configuram como um desafio de proporções dramáticas para nosso país, dado, singularmente, o perfil estratificado dos que têm sido vítima desse tipo de violência. A partir dos estudos tratados neste texto, colocamos em análise a intersecção de marcadores que contribuem para a produção, perpetuação e naturalização das mortes na juventude, a partir de dados obtidos pelo CCPHA junto a familiares de jovens vítimas de homicídio. Observam-se evidências de que a condição de pobreza impacta a vida das famílias que já estão em situação de sofrimento, estigmatização, exclusão e violação de direitos por conta do assassinato de um jovem. Observa-se um maior desamparo institucional, falta de acesso às políticas protetivas, relação conflituosa com a polícia e um território marcado por diferentes práticas de violência. Chamamos atenção para o fato de que os homicídios acontecem acompanhando uma complexa produção simbólica em torno de sujeitos pobres, negros, homens e jovens, que residem nas periferias e aos quais não são garantidos os mínimos direitos fundamentais previstos pelo Estado brasileiro. Com isso, parece ser necessário investir na desnaturalização da produção dos “matáveis”, alvos de práticas punitivistas e dinâmicas necropolíticas nos nossos cotidianos.

Referências

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of public economics**, v. 95, n. 7, p. 476-487, 2011.

ALKIRE, Sabina; SANTOS, Maria Emma. **Acute multidimensional poverty: new index for developing countries**. Berlin: Proceedings of the German Development Economics Conference, 2011.

ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro. As elites da justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 52, p. 77-95, 2014.

AKOTIRENE, Carol. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2019.

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. Acesso de Negros no Ensino Superior: O que mudou entre 2000 e 2010. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 158, p. 858-881, 2015.

BARROS, João Paulo Pereira et al. “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em fortaleza. **Revista de Psicologia**, v. 9, n. 1, 2018

BARROS, João Paulo Pereira *et al.* Pobreza, instituições e segurança: perspectivas de familiares de adolescentes assassinados no Ceará. *Psico*, v. 51, n. 1, p. e32896-e32896, 2020. CERQUEIRA, Daniel R. C.; COELHO, Danilo S. C. **Redução da Idade de Imputabilidade Penal, Educação e Criminalidade**. Nota Técnica nº 15. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

CCPHA. **Cada vida importa: relatório final do comitê pela prevenção de homicídios na adolescência**. Fortaleza: Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Disponível em https://www.al.ce.gov.br/phocadownload/relatorio_final.pdf.

FISKE, Susan T.; MARKUS, Hazel Rose (Eds.). **Facing social class: How societal rank influences interaction**. Nova Iorque: Russell Sage Foundation, 2012.

FREITAS, Cristiane Redin; GUARESCHI, Pedrinho A. A Assistência Social no Brasil e os usuários: possibilidades e contradições. **Diálogo**, n. 25, p. 145-160, 2014.

GALLEGO-DUQUE, Liliana. La interacción entre las desigualdades y la educación. **Cadernos de pesquisa: pensamento educacional**, v. 26, n. 10, p. 70-92, 2017.

GROSGOUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

IPEA; FBSP. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf

JANUSZ, Andrew. Candidate race and electoral outcomes: evidence from Brazil. **Politics, Groups, and Identities**, p. 1-23, 2017.

LIMA, Tiago et al. Black People are Convicted more for Being Black than for Being Poor: The Role of Social Norms and Cultural Prejudice on Biased Racial Judgments. **PlosOne**, v. 14, n. 9, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0222874>

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE**. Texto para discussão, Brasília, n. 996, p. 7-48, nov., 2003. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4212

PASQUALI, L. **Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

PASSOS, Eduardo H.; SOUZA, Tadeu P. Redução de Danos e Saúde Pública: Construções alternativas à política global de guerra às drogas. **Psicologia & Sociedade**. v. 23, n. 1, p. 154-162, 2011.

ROCHA, Emerson Ferreira. **O negro no mundo dos ricos: um estudo sobre a disparidade racial de riqueza no Brasil com os dados do censo demográfico de 2010**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SALES, Mione A. **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMEDLEY, Audrey; SMEDLEY, Brian. Race as biology is fiction, racism as a social problem is real: Anthropological and historical perspectives on the social construction of race. **American Psychologist**, v. 60, n. 1, p. 16-26, 2005.

QIZILBASH, Mozaffar; CLARK, David A. The capability approach and fuzzy poverty measures: an application to the South African context. **Social Indicators Research**, v. 74, n. 1, p. 103-139, 2005.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. A. (Org.). **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas**. CLACSO: Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. p. 107-130. Colección Sur Sur.

WASELFISZ, Julio J. **Violência letal contra as crianças e adolescentes do Brasil**. Brasília: Flacso, 2015.

WILLIAMS, Melissa J.; EBERHARDT, Jennifer L. Biological conceptions of race and the motivation to cross racial boundaries. **Journal of personality and social psychology**, v. 94, n. 6, p. 1033, 2008.